



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

O PRIMEIRO DEVER

DISCURSO PROFERIDO POR OCASIÃO DA PRIMEIRA REUNIÃO MINISTERIAL, NO PALÁCIO DO PLANALTO, EM 16 DE MARÇO DE 1967.

É num momento de complexa intensidade social e política que este Governo dá início à tarefa que o povo brasileiro nas mãos lhe colocou, por intermédio dos seus legítimos representantes.

Como Chefe desse Governo, venho cumprir o meu primeiro dever para com o povo: oferecer à sua consideração os meus intuítos e as diretrizes formuladas, para transferi-los à esfera da realidade e os processos de ação de que pretendo valer-me a fim de alcançar esse objetivo.

Durante cerca de três meses percorri o País; entrei em contato com o povo; surpreendi-lhe os anseios, as dificuldades, os sofrimentos; vim a conhecer-lhe, por ouvi-las e vê-las de perto, as angústias, as esperanças, a comovedora capacidade de sacrifício; compassei os imensos espaços brasileiros, os seus enormes vazios demográficos, as distâncias que separam fisicamente o homem do homem. Mais do que isso, pude medir os impressionantes espaços temporais que diferenciam, discriminam e dividem os núcleos sociais componentes desta Nação complexa e impaciente pela corporização dos seus sonhos e ideais.

Pude compreender, não à distância, mas sentindo-lhes a presença física e imediata, os obstáculos que a própria grandeza e a própria diversidade da terra levantam à ação criadora e civilizadora do homem de Governo, como do homem comum que luta na intensidade dos centros urbanos ou na humildade perdida dos campos remotos e esquecidos.

Pude sentir, vivamente, o conjunto de contrastes de que se compõe o nosso País: demograficamente vazios em várias regiões e, ao mesmo tempo, dotado, em outras, de uma força de expansão populacional que representa, sem dúvida, obstáculo ingente a uma ação promissora e profícua; fragmentário e, todavia, dotado de uma coesão física e de uma unidade espiritual, que nenhum povo conseguiu criar e manter, em tais proporções e condições, em qualquer região do Globo; simulta-

neamente rico e pobre, porque as riquezas inertes nada mais são do que pobreza; povoado por gente singularmente dócil e singularmente agressiva, liberal e intolerante, audaciosa e imprudente e, não obstante, sábia, paciente e circunspecta.

Trago, pois, para a difícil e grandiosa empreitada de Governo conhecimento direto, imediato e vivo da nossa perturbadora realidade e dos esforços firmes, continuados, inflexíveis que todos teremos de despende cada dia, cada hora e cada minuto. Esforços que serão exigidos do mais humilde servidor da administração ao seu ápice hierárquico, a fim de cumprir o dever de bem e fielmente servir à Nação.

UNIÃO PARA A TAREFA COMUM

Mais do que uma convicção administrativa ou um pensamento de governo, *trago ao coração do povo um caloroso, um profundo sentimento de compreensão e fraternidade, capaz, pela sinceridade de sua força, de realizar o conagraçamento de todos os brasileiros para o cumprimento da desmedida tarefa comum. Nenhum homem fez jamais um governo. Nenhum governo faz uma nação. O que faz a nação é o povo.*

Embora da circunstância política defluam os pressupostos da paz e da tranqüilidade pública e dessa paz e dessa tranqüilidade se originem, por sua vez, os pressupostos de qualquer ação administrativa enérgica, contínua e eficaz, não intento, com esse propósito de conagraçamento e unidade, solicitar qualquer apoio incondicional ao Governo, que longe de esperar unanimidade de consenso às suas diretrizes e à sua ação, acolherá de bom ânimo todas as críticas que se formularem com o intuito da colaboração sincera. A ARENA, que me elegeu — para honra minha — Presidente da República, proporcionará ao Governo a solidez da base parlamentar de que necessita para executar a sua missão.

Esse sentimento de compreensão e fraternidade, que afirmo ao povo brasileiro, não esconde subterfúgio demagógico. O que me move é, tão-só, a aspiração de procurar e encontrar na alma do povo ressonância para tudo aquilo que, em sua intenção e benefício, almejo realizar.

Tenho de pedir sacrifícios hoje, a fim de oferecer benefícios amanhã. Não poderei, como não poderá ninguém, deter, de pronto e de todo em todo, o processo de erosão que vinha destruindo, havia cerca de trinta anos, os tecidos nobres do organismo nacional.

Apelo para o homem com o intuito de melhor servir ao homem.

HUMANISMO SOCIAL

Aquilo a que chamei, num dos meus pronunciamentos, *humanismo social*, será, em verdade, a raiz mais profunda do meu

Governo. Nessa expressão pretendi condensar o meu pensamento fundamental acerca da política geral e da política administrativa que é minha aspiração traduzir em atos efetivos. Esse conceito levará o Governo a ter por objetivo essencial o homem individualmente, como pessoa, como sensibilidade, como expressão intelectual e moral, e não apenas como uma abstração ou elemento numérico do corpo social.

Assim, todos os esforços governamentais constituirão um sistema de direções convergentes, cujo ponto de chegada será sempre o homem, suas necessidades cruciais de saúde, educação, cultura e conforto; o homem, suas aspirações, seus ideais, sua confiança em si mesmo e naqueles a quem delegou a direção do seu destino.

O homem será, portanto, neste Governo, o centro das soluções de todos os problemas nacionais.

GOVERNO PARA O POVO

Por essas razões, assevero com firmeza: este que ora se inaugura, poderá não vir a ser um governo popular, mas será, sem sombra de dúvida, um governo para o povo no sentido mais profundo da expressão.

Poderá não vir a ser um governo popular, porque não requestará, em nenhuma hipótese, o favor público, na medida em que alcançá-lo implique transigências com princípios fundamentais: falsidades, mistificações, defraudamento dos interesses do povo.

Será um governo para o povo, porque buscará, em suas necessidades mais agudas, as inspirações indispensáveis às medidas e aos atos pelos quais a administração se exprimirá.

Desse pensamento farei preceito constante do Governo, e ele prevalecerá ainda quando possa parecer diversamente, pois é da natureza do ato governamental revestir-se, por vezes, aos olhos do povo, da falsa aparência de achar-se dele divorciado, a despeito de ter em mira exclusivamente o bem geral. Nem sempre o melhor assume feição de amável popularidade, e este Governo, que é do povo, não engodará o povo, quaisquer que sejam as exigências desse difícil jogo de contingências e imprevistos, que compõem a administração pública e a vida política e social do País.

OS PODERES DA REPÚBLICA

Não esquecerei que uma das formas de ser fiel ao povo é ser fiel aos seus representantes que, nessa qualidade e por esse elevado título, me elegeram Presidente da República.

O Poder Legislativo será, assim, objeto do mais alto respeito por parte do Executivo e nele encontrará, invariavelmente, não uma forma de contraste na divisão das atribuições fundamentais dos Poderes da

República, mas tão-somente uma das três faces desses Poderes, que, harmoniosa e independentemente, se completam com a figura do Judiciário, sem o qual falhariam a ordem e a paz, que têm sua origem na Justiça, a primeira das virtudes, no dizer do Apóstolo São Paulo.

DEMOCRACIA E REVOLUÇÃO

De quanto acabo de afirmar, deve-se concluir que o exercício da democracia é, desde já, um dos postulados do meu Governo.

Porei o máximo de esforço pessoal, a fim de levar a cabo a missão que se impôs o meu insigne antecessor, missão tanto mais áspera quanto — se nela bem atentarmos — logo lhe acharemos como cerne esta dificuldade: conciliar as invencíveis exigências do convívio democrático e as severas necessidades da Revolução. Revolução que, havendo salvado o País da subversão, do despotismo e do caos, não podia, nem pode ser malbaratada, posta de lado, como traste desgastado e envelhecido antes do tempo, perdida para sempre, de roldão com os esforços, os sacrifícios e os inúteis dispêndios das esperanças do povo.

Tenho plena consciência das dificuldades que me saltarão, cada dia, em cada trecho do caminho. Entre elas, assume vulto de extrema gravidade o meu dever de prosseguir, sem desvios nem vacilações, na rota iniciada. Por essas palavras quero significar a obrigação, que me corre, como responsável pelo Governo, de manter o País entregue ao seu destino democrático e, ao mesmo tempo, resguardar e defender, denodadamente, todo o acervo das conquistas revolucionárias, evitando que tenhamos de enfrentar os mesmos riscos de 1964.

Estou seguro, no meu civismo de brasileiro e na minha responsabilidade de governante, de que me cabe impedir, por todos os meios, aquilo a que muitos aspiram, às claras ou sob capa de defender a democracia — a restauração. Isso não ocorrerá, pois o Governo é um compromisso com a Revolução, nas suas idéias, nos seus princípios, na sua nova mentalidade.

A todos lembro que, de minha parte, declarei no meu discurso de agradecimento ao Congresso Nacional, no dia de minha eleição: «Eis por que assumi com a Revolução um sagrado compromisso, e, assim como fui um dos seus chefes, dela serei, no Governo, representante e delegado.»

Continuaremos o trabalho iniciado há três anos. Os métodos poderão ser outros, mas os objetivos os mesmos. Não descansaremos.

SÍNTESE DE IDEAIS

Como lograremos conformar e congraçar as duas faces de que a má-fé classificou de antinomia insolúvel — Democracia e Revolução?

Antes de tudo, acentuarei que já não se trata de optar entre Democracia e Revolução, mas de efetivar uma síntese entre os ideais de uma e as realizações da outra, sem as quais aquela haveria passado a ser apenas expressão histórica de um regime político perecido. Somente a ignorância, que é irresponsável; a má-fé, que independe de convicções; a demagogia, que é «desde os tempos mais remotos o inimigo interno das sociedades livres»; e a impossível *restauração*, que é quimera de uns poucos, podem admitir a hipótese de uma opção entre o complexo de conquistas espirituais, morais e materiais da Revolução, e um regime sob o qual pátria deixaria de existir, autoridade e ordem seriam substituídos pela tirania.

O País já dispõe de uma Constituição moderna, viva e adequada a esta hora nacional, graças à clarividência e ao esforço pessoal do Presidente Castello Branco, e à diligência e ao patriotismo do nosso Congresso. Restabelecendo o regime político tradicional e, ao mesmo tempo, dotando o Governo dos instrumentos indispensáveis à manutenção da ordem, da tranqüilidade e da paz pública, a nova lei básica afirmou o princípio da autoridade e realizou sabiamente a síntese dos ideais democráticos com os ideais revolucionários.

Governo sem autoridade não merece o nome que ostenta, e a autoridade não existe sem os meios que assegurem a sua afirmação. Esses meios só constituiriam perigo para a liberdade se exercidos sem cautela, sem prudência e sem sentimento público. Em tal caso, não apenas esses, mais quaisquer poderes são suscetíveis de transformar-se em armas perigosas. Não são as leis que fazem os déspotas e os tiranos, mas a tendência ou a vocação para a tirania e para o despotismo é que os cria e nutre.

ORDEM E LIBERDADE:

A ordem é um pressuposto da liberdade. Mas não há ordem sem lei, e a essência do Estado reside no poder de impor a lei. E o povo brasileiro pode confiar em que o meu empenho constante e máximo será realizar um governo no qual as aspirações de cada um venham a encontrar o seu instrumento de concretização. O imperativo da ordem corresponderá à vocação de liberdade do povo brasileiro.

ESPAÇO NACIONAL E TEMPO SOCIAL

Existe inegavelmente uma clivagem profunda na sociedade brasileira. Essa clivagem vai-se alargando e aprofundando em fosso, que a todos nós incumbe remediar urgentemente. O que mais me impressionou em minhas peregrinações pelo Brasil foi essa divisão da sociedade brasileira. Mais de uma vez tive a impressão, que ainda conservo, de que vivemos todos no mesmo espaço nacional, não, porém, no mesmo

tempo social. É como se, vivendo na mesma época, não fôssemos contemporâneos. A miséria domina largos segmentos da população brasileira. Ora, se, na palavra de São Francisco de Assis, não pode florescer virtude na miséria, cabe perguntar se uma democracia poderá vicejar na pobreza.

DEMOCRACIA E PODER ECONÔMICO

A despeito de todos os esforços, o Estado moderno não logrou ainda disciplinar as alterações e oscilações econômicas do Mundo em que vivemos. De outra parte, é incontestável que se funda na distribuição do poder econômico a justificação das imposições legais do Estado e, portanto, o próprio funcionamento de um regime democrático autêntico. As grandes desigualdades na distribuição desse poder são incompatíveis com o exercício da democracia.

É impraticável isolar do fato econômico o fato político. Ele se constitui em conteúdo da quase totalidade das relações entre os homens e, segundo Keynes, «as idéias justas ou falsas dos filósofos da economia têm mais importância do que geralmente se pensa. Em verdade, o Mundo é por elas conduzido.»

Não se iludam, porém, os ingênuos e os falsos inocentes. Não está no receituário do Estado comunista, ou seja, nas chamadas democracias populares, o remédio para essa doença da sociedade. Não move o comunismo nenhum sentido humano. Quando ele acena às massas com a igualdade na distribuição de bens — coisa que até hoje não levou a efeito em nenhum lugar e em qualquer escala — o que intenta é explorar a miséria como instrumento de seus desígnios políticos, pois a miséria tem, como nenhuma outra condição, o poder de revolver o fundo residual de irracionalidade existente em todos os seres humanos.

É chegado o momento de uma eqüitativa divisão de sacrifícios em benefício geral do País: o povo — a grande massa de pobres — vem suportando carga superior às suas forças: impõe-se que parte desse peso mude de ombros e recaia em compleições mais aptas a suportá-lo.

É imperioso que todos assumam parte dos ônus gerais da Nação, por forma que os pobres emergjam das condições sub-humanas, em que ora estão megulhados e venham, por fim, a ter menos doenças, mais casas de moradia, mais escolas, algum conforto.

A luta contra a miséria será uma das metas deste Governo e para ela conto com a compreensão cordial e o apoio caloroso de todos. É na vitória contra a pobreza que se encontra a vitória da paz. A sociedade não existe sem o homem e o homem não deixa de ser a finalidade essencial da sociedade e, portanto, do Estado.

DIRETRIZES

Antes de expor-vos as diretrizes do meu Governo, afirmarei a minha convicção de que o problema administrativo brasileiro é, hoje, um

problema de execução. Dir-se-ia que a minha sentença é desanimadora porque execução é fase final, decisiva, de que tudo depende, exista ou não exista um plano. Mas essa fase crítica é fatal na evolução administrativa. Há períodos igualmente importantes, que já vencemos, entre eles o período obscuro em que se ignora a própria existência dos problemas e das dificuldades a enfrentar.

O Brasil dispõe já de vasta cópia de dados e planos de ação. As nossas necessidades são bem conhecidas. Os meios de atendê-las é que são ainda, em muitos casos, apenas obscuramente entrevistos.

É tempo de passarmos, em vários setores, a uma ação inteligente, coordenada, enérgica, perseverante.

A começar pela nossa política exterior, serão as seguintes as diretrizes a que obedecerá o meu governo.

POLÍTICA EXTERIOR

Temos um política de tradição, da qual não nos afastaremos, evidentemente. Mas essa linha de tradição não se nos afigura infensa a uma série de motivações novas, criadas por um mundo novo, em mudança contínua, que impõe novos conceitos e novas atitudes, em harmonia com a condição fluida e mutável da vida internacional.

O Governo conciliará os princípios tradicionais da nossa política exterior, que não poderão ser relegados a plano secundário e muito menos abandonados, com as condições da vida de relação de povo a povo.

Em primeiro lugar, entendo que a política externa do Brasil não poderá continuar a ser simples reflexo da nossa condição de País em desenvolvimento, mas deverá assumir a expressão dos anseios e aspirações de um país decidido a acelerar, intensamente, esse desenvolvimento.

Assim, esse conceito adquire força impositiva: a orientação da diplomacia brasileira há de ser sensível ao fato econômico, sem detrimento, é claro, dos seus objetivos propriamente políticos e da sua projeção cultural.

Os atos de comércio com o Brasil são acessíveis a todos os povos.

Entendidas em sua inteireza e complexidade, as soluções dos problemas do desenvolvimento constituir-se-ão em expressões condicionadoras da própria segurança nacional e da paz internacional.

Por outro lado, não podemos perder de vista, para os efeitos da ação internacional, um conjunto de fatores oriundos de nossa situação geográfica, do nosso estágio de desenvolvimento econômico e da nossa formação cultural: os vínculos naturais do Brasil com os seus vizinhos, com os países em via de desenvolvimento e com o mundo ocidental.

De outra parte, a nossa diplomacia deverá visar como objetivos, não só à conquista de recursos externos, senão também à maior soma de cooperação estrangeira, quer sob a forma de meios materiais, quer de auxílios técnicos, para propiciar intensa participação do Brasil na revolução científica e tecnológica, dos nossos dias. Nesse contexto, a energia nuclear desempenhará um papel relevante e poderá vir a ser uma das mais poderosas alavancas a serviço do nosso desenvolvimento econômico. De outro modo, ainda não libertos de uma forma de subdesenvolvimento, iremos rapidamente afundando em uma nova e mais perigosa modalidade, que seria o subdesenvolvimento científico e tecnológico.

Em suma, nossa política internacional continuará a seguir a carta de guia da sua tradição, que apontou, primeiramente, e sempre, o rumo dos interesses do País, ou seja, da sua soberania.

POLÍTICA ECONÔMICA

Não será abandonada em meu governo a linha de combate à inflação, que prosseguirá com determinação e energia.

Mas o Governo tudo fará por conciliar o controle da inflação com uma imperiosa e inadiável necessidade do desenvolvimento nacional. Cuidará, ainda, de revigorar o setor privado da economia, restabelecendo-lhe, tanto quanto possível a capacidade de investimento; de fortalecer especialmente a empresa nacional, assegurando-lhe condições de competição; de consolidar a infra-estrutura econômica e as indústrias de base; de incentivar a criação de empregos, mediante a elevação geral do nível de atividade econômica e estímulo às atividades, que absorvam grande quantidade de mão-de-obra.

Apoiará integralmente a Petrobrás, assegurando-lhe os recursos necessários à consecução dos seus objetivos e mantendo o monopólio estatal, nos termos da lei.

Ao lado disso, recomendarei pessoalmente a mais severa economia em todos os gastos públicos, impondo critérios de austeridade a tudo quanto a administração houver de empreender.

REFORMA ADMINISTRATIVA

O Governo utilizará a oportunidade que lhe é oferecida pela lei de Reforma Administrativa, para dar início a um vigoroso processo de dinamização da administração federal. Embora consciente de que se trata de problema cuja solução definitiva só poderá ser alcançada a longo prazo, através de um processo gradativo a ser cumprido por etapas, o Governo pretende realizar substancial avanço na batalha contra a burocracia, a centralização executiva e o crescimento desmesurado da máquina estatal.

EDUCAÇÃO

Não se esquecerá o Governo de que não existe desenvolvimento sem tecnologia, nem tecnologia sem ciência, nem ciência sem educação. Vale dizer: em última análise, o processo de desenvolvimento é um processo educacional.

Fiel a esse pensamento, a administração multiplicará as oportunidades de educação para todos e para isso desfechará ampla e vigorosa campanha destinada a erradicar o analfabetismo; a melhorar o nível de ensino em todos os graus; a aumentar o número de escolas industriais e de escolas agrícolas; a utilizar integralmente a capacidade ociosa, quer material, quer didática, das escolas superiores; a ampliar-lhes, quando necessário, as instalações e o número de docentes; a adotar novos processos de avaliação da capacidade dos candidatos a matrícula nessas instituições, para que o País passe a contar com o número de especialistas de nível superior de que necessita; a criar, anexos às Universidades, cursos em que, após consultas ao mercado de trabalho, se preparem técnicos de grau intercalar entre o nível médio e o superior; a promover a preparação e o aperfeiçoamento de professores primários e de professores de escolas normais em grandes centros regionais.

SAÚDE

O Governo intensificará, por todos os meios, os programas de preservação e recuperação da saúde; promoverá a melhoria, modernização e aumento da rede hospitalar do Interior e combaterá as endemias em todo o território nacional.

Aos programas de saúde, como aos de educação, o Governo emprestará força prioritária, tanto em razão do seu sentido imediatamente humano como por força das suas repercussões no processo do desenvolvimento nacional.

Em correlação com o programa geral de saúde, acelerará a execução do programa de habitação e de alimentação.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, ENERGIA

Prosseguirão até o limite dos recursos especificamente disponíveis os investimentos destinados a reaparelhar a Marinha Mercante, corrigir-lhe falhas e defeitos fundamentais, melhorar os portos, completar o plano rodoviário, bem como o ferroviário; a restabelecer o sistema de transportes por via aquática; a completar a execução dos planos de comunicações e energia e estimular a ação dos organismos regionais.

Para atacar pontos cruciais sumariamente expostos nas diretrizes acima, é intenção do governo socorrer-se do patriotismo e da boa-vontade das Forças Armadas, das organizações religiosas, das associa-

ções de classe, de instituições e pessoas que possam com ele cooperar num intenso, extenso e profundo programa de salvação pública. Quero referir-me, de modo especial, às campanhas que terão envergadura nacional: educação, saúde, habitação e alimentação.

Como se vê, trata-se de planos a longo prazo, nos quais o tempo é elemento primacial, e de planos a curto prazo, nos quais é imprescindível lançar mão de instrumentos de antecipação capazes de abrir atalhos e abreviar caminhadas. O seu conjunto formará um sistema de integração nacional, que eliminará, pouco a pouco, os desequilíbrios regionais.

AOS OPERÁRIOS

Um dos deveres que este Governo se imporá é dialogar com os órgãos das classes trabalhadoras, ouvir, examinar e atender, sempre que possível, os seus reclamos; identificar as reivindicações do operário com as necessidades básicas da família brasileira; manter as questões sindicais na sua ordem natural, naquela faixa de ação de que resulta uma correspondência clara e lógica de interesses entre governantes e governados, a qual se exprime em trabalho, produtividade e progresso econômico, a fim de que, em vez de um clima de manobras políticas, reine uma atmosfera de honestidade de propósitos, de boa-fé, de entendimento cordial e patriótico e, principalmente, de mútuo respeito.

Em suma: os esforços governamentais se nortearão no sentido de prevenir os desentendimentos entre as várias classes sociais, entre si, e entre elas e o Governo, para o efeito de evitar a cisão de que se origina o conflito e, ao contrário, integrá-las, em um todo sólido e coerente que, unido ao Governo e por ele assistido, continua a ser uma das formas básicas da nacionalidade.

A JUVENTUDE

Sei, com pesar natural, que persistem ressentimentos com que determinada parcela de moços, notadamente de estudantes, sempre considerou a Revolução.

Mas sei também que o generoso coração da juventude e a sua capacidade de crença e boa-fé tem sido arditamente postos à prova por falsos estudantes e falsos democratas que, tendo em mira os seus próprios interesses e finalidades políticas, buscaram — e conseguiram, talvez em grande parte, — indispor-lo com a Revolução e com o Governo.

Não é nada difícil a esses falsos democratas convencer a sensibilidade aguda e viva dos jovens de que uma atitude geral, ditada por um

estado de emergência, foi uma atitude parcial que visou especialmente a um certo grupo de pessoas: de que foi pura invencionice governamental tudo quanto se apurou contra pretensos estudantes, inclusive a malversação de recursos destinados aos estudantes autênticos; de que os preceitos legais que os atingiram não visavam ao estabelecimento da ordem subvertida e da lei, que deixara de ser lei, pois não mais era obedecida.

O que asseguro a todos os estudantes do Brasil é o restabelecimento da ordem democrática, é a minha profunda fé na juventude estudiosa do meu País, no seu idealismo, no seu sentimento do Brasil, na sua inteligência e na sua cultura e, por igual, o meu propósito de tudo fazer para dar forma concreta e imediata às suas nobres aspirações, que terão em mim, desde agora, executor e defensor dedicado, firme e leal.

Desejo que estas palavras sejam tomadas como penhor da convicção cordial de um homem que conhece o valor e a significação dos estudantes na preparação do futuro da Pátria.

CONCLUSÃO

O apoio político, representado pela ARENA, partido a que pertenço e que prestigiarei; a compreensão e colaboração patriótica do Congresso Nacional; a disciplina consciente das Forças Armadas — um bloco de firmeza, coesão e vontade a resguardar as instituições, a ordem e a paz — eis os elementos preciosos de que disporei para o bom e fiel desempenho do meu mandato. Conto, ademais, com a colaboração experiente do meu preclaro amigo e grande homem público Doutor Pedro Aleixo, que muito concorrerá para o êxito do meu governo. Mas, acima, de tudo, conto com o povo, este magnífico povo brasileiro, que me apoiará ajudará e estimulará, na árdua tarefa que me toca.

Sei que o governo é uma arte, a mais difícil de todas, visto que a sua matéria é, em última análise, a natureza evasiva e a sensibilidade mutável dos homens, que aspiram a viver em paz e alcançar um mínimo de felicidade.

Devotar-me-ei integralmente a esse duro mister e dele não levantarei mão enquanto durar o período do meu mandato.

Que Deus me ajude a cumprir este voto e a continuar, em tudo e por tudo, a ser digno da minha terra e da minha gente.